

Artigo recebido em
20/03/2014
Aprovado em
16/04/2014

**SABRINA
FRANZONI**

Unisinos –
sabrinafranzoni@yahoo.
com.br
Professora do Curso
de Jornalismo da
Universidade do Vale do
Rio do Sinos - Unisinos.
Doutora em Comunicação
e Informação pela
Universidade Federal
do Rio Grande do Sul
- UFRGS. Membro do
Núcleo de Pesquisa em
Jornalismo (Nupejor) e
do Grupo de pesquisa
em Jornalismo Esportivo
(UFRGS).

**GISELE DOTTO
REGINATO**

UFRGS –
giselereginate@gmail.com
Doutoranda em
Comunicação e
Informação pela
Universidade Federal
do Rio Grande do Sul -
UFRGS. Bolsista Capes
e membro do Núcleo de
Pesquisa em Jornalismo
(Nupejor). Jornalista
e Mestre em Comunicação
pela Universidade Federal
de Santa Maria - UFSM.

“Apoio editorial ao Golpe de 64 foi um erro”: apagamento e rememoração no discurso do jornal *O Globo*

Sabrina Franzoni e Gisele Dotto Reginato

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a construção discursiva do jornal *O Globo* com base no editorial de 2013 em que anuncia que o apoio ao Golpe de 64 foi um erro. A partir da análise, encontramos dois núcleos de sentido: o de apagamento e o de rememoração. Ao acionar um “outro” discurso jornalístico, *O Globo* promove a ativação de certos fatos tornados acontecimentos, ao mesmo tempo em que promove o esvaziamento de outros tantos, que estarão sujeitos ao apagamento.

Palavras-chave

Discurso jornalístico, Jornal O Globo, Golpe de 64.

Abstract

This paper aims to discuss the discursive construction of newspaper *O Globo* according to the editorial from 2013 in which announces that the support of the 1964 Military Coup was a mistake. From the analysis, we found two clusters of meanings: the erasure and the recall. When produces an “other” journalistic discourse, *O Globo* promotes the activation of certain facts become events, while promoting emptying many others, which will be subject to deletion.

Keywords

Journalistic discourse, Newspaper O Globo, The 1964 Military Coup.

“**A**poio editorial ao golpe de 64 foi um erro”, diz o título de editorial do jornal *O Globo*. O veículo diz reconhecer, numa perspectiva histórica, ter errado no apoio ao Golpe Militar de 64, que instaurou uma ditadura militar no Brasil e que em 2014 completa 50 anos¹. O jornal divulgou o “reconhecimento do erro” em 31 de agosto de 2013, quando do lançamento do projeto *Memória O Globo*, que recontextualiza sua participação na história, além de utilizar o espaço ao esclarecimento de temas polêmicos em que o jornal foi alvo de questionamentos².

Tal divulgação reacendeu a discussão sobre a adesão que as organizações *Globo* deram à ditadura militar de 1964, especialmente num contexto de manifestações populares no Brasil, em que o grito “A verdade é dura, a *Globo* apoiou a ditadura” foi um slogan amplamente utilizado nas ruas em 2013³. O jornal apresenta o editorial falando deste coro que foi muito ouvido nas manifestações e dizendo que: “de fato, trata-se de uma verdade, e, também de fato, de uma verdade dura”. Dessa maneira, *O Globo* acrescenta em seu site um adendo ao texto do editorial de 2013 publicado no site do projeto *Memória*⁴.

A partir do editorial, o objetivo deste artigo é perceber quais valores do jornalismo são enunciados e rememorados pelo veículo⁵. Utilizando o aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso de linha francesa e partindo da premissa de que o jornalismo opera promovendo a integração do “novo” às categorias do já existente, nos apropriamos, especialmente, das noções de interdiscurso e de memória

discursiva. Percebemos que ao pautar um assunto e dar a ele um determinado enfoque, o jornalismo está fornecendo um espaço de articulação social em que valores, percepções e significados são interpretados e tomam um sentido.

Interdiscurso e memória discursiva

O discurso jornalístico está sujeito a forças que lhe são ao mesmo tempo exteriores e anteriores. Sendo o discurso o resultado de elementos que não só o antecedem, mas que também possibilitam a sua existência, ele é, então, efeito de sentido já existente e gerador de outros ou de novos sentidos. Tais efeitos de sentido somente serão construídos em relação, pois o discurso é interação entre locutores (PÊCHEUX, 1995). Assim, ao analisar o discurso jornalístico, da mesma maneira que em outros discursos, é na interdiscursividade que se percebe a troca de informações construtora deste lugar de enunciação.

Benetti (2008) situa o jornalismo como um lugar de produção e circulação de sentidos, elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares. Isso significa dizer que não se trata de qualquer discurso. Existe a necessidade de conhecer os meandros desse campo, que, como já vimos, está sujeito a critérios e a valores que lhe dão sustentação, condicionando, de certa maneira, a sua prática. É preciso levar em conta que, por suas próprias características, o campo jornalístico possui uma manifestação pública, e isso faz com que ele seja passível de ser criticado e que tenha suas falhas expostas. É justamente o espaço do editorial que exterioriza a opinião do jornal e que

1- O Golpe de 1964 é um evento-chave na história do Brasil recente. Deu início a um regime de repressão política e social controlado pelos governos militares, que ficaram no poder de 1964 até 1985 (DI SABBATO, 2012; FICO, 2014). Depois da renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, seu vice João Goulart assumiu a presidência do país. Seu perfil e as reformas constitucionais que estava propondo desagradaram vários setores da sociedade. Em 31 de março de 1964, militares contrários ao governo de João Goulart destituíram o então presidente e assumiram o poder por meio de um golpe. A ditadura restringiu os direitos de voto, a participação popular e reprimiu com violência todos os movimentos de oposição.

2- O editorial na íntegra está disponível em: <<http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9328244>>.

dialoga com outros textos publicados no mesmo veículo permitindo perceber as marcas dessa exterioridade.

Pela perspectiva da prática jornalística, essas falhas precisam ser reconhecidas e justificadas como decorrentes do próprio exercício profissional, para manutenção da credibilidade. Para a AD, “a linguagem é estrutura e acontecimento, tendo assim de existir na relação necessária com a história e com o equívoco” (ORLANDI, 1996, p. 12). O equívoco de que fala Orlandi (1996) é a ambiguidade, o deslizamento, a interpretação outra. Nessa direção, as falhas e a própria subjetividade são inerentes ao discurso.

A noção de interdiscurso é acionada neste estudo para pensar a relação entre o editorial e os demais discursos que dialogam com ele no campo do jornalismo. Orlandi (2001) trata do interdiscurso na imbricação entre memória e discurso. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada e, também, é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determina o que dizemos.

Abordada como uma troca interdiscursiva, essa noção contempla o caráter dialógico, que passa por afirmar a existência de uma exterioridade que não apenas repercute no texto, mas que o constitui de fato (BENETTI, 2008). Nessa perspectiva de uma “heterogeneidade constitutiva”, apropriamo-nos de Maingueneau (2008), que propõe apreender o discurso através do interdiscurso, construindo um sistema no qual a definição de rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincida com a definição

das relações desse discurso com o seu outro. Esta hipótese encarna na noção de interdiscurso: a relação entre os textos, sua materialidade discursiva, as mudanças históricas e os discursos que as constituem. Assim, buscamos estabelecer uma coerência interna a partir de uma oposição entre o discurso do jornal *O Globo* sobre o erro em apoiar o golpe de 1964 e de outros discursos sobre o tema, elaborados pelo mesmo veículo, que tensionem com ele. Essa coerência, para fins de delimitação, é percebida dentro de um determinado campo discursivo.

Maingueneau (2008) propõe um sistema de restrições semânticas globais para pensar a relação interdiscursiva. O caráter “global” dessa semântica se manifesta no fato de que ela restringe simultaneamente o conjunto dos “planos” discursivos: tanto do vocabulário quanto dos temas tratados, da intertextualidade ou das instâncias de enunciação. Nessa lógica, o discurso deixa de ser pensado como um conjunto de textos e passa a ser visto como uma prática discursiva.

Dessa maneira busca-se mapear nos elementos de sua historicidade aqueles textos e dizeres que vinculam o discurso do *Globo* com sua postura de arrependimento, por um lado, e de apoio ao golpe, por outro. Acionar a concepção de interdiscurso permite criar uma rede de memória, na qual os novos textos irão ajudando a construir ou desconstruir o discurso atual. A contribuição da análise discursiva deste artigo está justamente na possibilidade de traçar pontes entre o discurso específico “de que foi um erro o apoio ao golpe” - dado numa certa situação, por exemplo, quase 50 anos depois do acontecimento, e que estava

3- Em 2013, várias manifestações ocorreram no Brasil, motivadas inicialmente pela redução na tarifa de ônibus e por melhores condições no transporte urbano. Quando os protestos ganharam força nacional, no mês de junho, abrigaram também outras causas, em que se inserem críticas a empresas jornalísticas, como o apoio da *Globo* à ditadura. Cabe lembrar que, em vários momentos históricos, essa associação é resgatada. Um exemplo importante é nos comícios em prol da campanha das “Diretas Já” em 1984, apoiando a Emenda Constitucional que pretendia introduzir as eleições diretas, em que se tornou palavra de ordem a frase “O povo não é bobo, abaixo a Rede *Globo*!” (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 160).

4- Para apresentar o editorial, o veículo diz que há muitos anos, em discussões internas, as Organizações *Globo* reconhecem que o apoio foi um erro e que se decidiu que o projeto Memória seria oportunidade para divulgar essa avaliação, lamentando que não tenha sido veiculada antes das manifestações já que “as ruas deram ainda mais certeza de que a avaliação que se fazia internamente era correta”. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>

inserido num campo determinado de eventos, entre eles as manifestações que ocuparam as ruas brasileiras - com outros discursos, presentes e ou silenciados nele mesmo.

É importante destacar desde o início que, para Maingueneau (2008), esse Outro não deve ser pensado como uma espécie de “invólucro” do discurso, como algo fechado, e sim como um espaço de trocas e de interação. Sob essa perspectiva, ao delimitar a zona do dizível legítimo, atribuiria por isso mesmo ao Outro a zona do interdito, do dizível faltoso. Se considerar a posição do editorial no universo gramaticalmente dizível, seu discurso definir-se-ia por um grupo de enunciados possíveis a partir de uma posição em condições determinadas. No conjunto de enunciados recusados, por outro lado, ele definiria igualmente um conjunto como sendo o de seu Outro, aquilo que “não pode ser dito”. Então, nesse lugar ocupado pelo editorial estabelece-se uma ambivalência que se dá entre o Mesmo e o Outro, pois este discurso, ao enunciar o que aparentemente “não deve ser dito”, desestabiliza o campo discursivo no qual está inserido. Ao mesmo tempo, o interdito o filia a certos núcleos de sentidos.

Podemos afirmar que é no interior do campo discursivo que se constitui um discurso, e essa constituição pode ser descrita em termos de operações regulares sobre os sentidos mapeados. Isso não significa, entretanto, que um discurso se constitua da mesma maneira que todos os outros discursos desse campo, pois não é possível determinar, *a priori*, quais modalidades (confronto aberto, aliança, neutralidade aparente etc.) se estabelecem

entre os sentidos mapeados nesse espaço.

Depois do campo, o espaço discursivo é identificado como outra das redes de troca constitutiva do interdiscurso. Para Maingueneau (2008), esse “espaço discursivo” tem um duplo estatuto: pode ser apreendido como um modelo dissimétrico que permite descrever a constituição de um discurso, mas também como um modelo simétrico, de interação conflituosa entre dois discursos, para os quais o representa, totalmente ou em parte, seu Outro. É esse último aspecto, explicado pelo autor como um processo de dupla tradução, que interessa apontar, pois, caso se leve em consideração que um discurso segundo não tem, a partir de um determinado momento, mais nada a ver com o discurso primeiro, nem por isso esse discurso necessariamente deixa de ter relação com as estruturas semânticas correspondentes, nas quais ainda será possível continuar a ler a figura de seu Outro.

Destaca-se, por fim, que um discurso segundo é derivável regularmente de um ou de vários outros do campo. A semântica discursiva não poderá explicar por que foi esse discurso, e não outro, que se constituiu, mas, por outro lado, poderá tentar justificar a quais restrições está submetida tal constituição. De fato, tudo depende do discurso que se acolhe. Em relação ao editorial, percebe-se que o discurso se confunde com sua emergência histórica, com o espaço discursivo no interior do qual se constitui e também com as várias redes de troca em que foi envolvido. Assim, a partir das redes de trocas é possível perceber quais discursos foram acolhidos pelo jornal *o Globo* ou pelo espaço editorial.

5- O jornal *O Globo* foi fundado em 1925 e se apresenta como um dos jornais mais influentes do Brasil. Atualmente, possui 1.362.000 leitores, sendo que por volta de um milhão de leitores são pertencentes às classes A e B. O veículo tem uma circulação de 259.347 exemplares nos dias úteis e de 364.037 exemplares aos domingos, sendo que 87% dos exemplares circulados são para assinantes. Informações disponíveis em: <<https://www.infoglobo.com.br/Anuncio/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>>.

Os editoriais de 1964, 1984 e 2013

Seleciona-se para a análise, como parâmetro de recorte, o editorial publicado em 2013 (Figura 01), a partir do qual se percorrem os discursos editoriais anteriores que trataram sobre a adesão de *O Globo* à ditadura militar brasileira. Esse resgate a outras memórias discursivas é fundamental já que o interdiscurso é tomado como o lugar “onde coexistem todos os dizeres, os possíveis e os impossíveis, os que já foram ditos e os que ainda não foram ditos” (AUGUSTINI, 2007, p. 304).



Figura 01: Fragmento de editorial de 2013 do jornal *O Globo*, no site do Projeto Memória, no item de “Erros e acusações falsas”

A partir da análise, encontramos dois núcleos de sentido: o de apagamento e o de rememoração. Ao divulgar o “reconhecimento do erro” o jornal *O Globo* promove uma diferenciação na própria ordem estabelecida, criando um lugar de articulação entre a memória e o esquecimento – a estabilização e a desestabilização. Ao acionar esse “outro” discurso jornalístico, *O Globo* promove a ativação de certos fatos

tornados acontecimentos, ao mesmo tempo em que promove o esvaziamento de outros tantos, que estarão sujeitos ao apagamento. O jornal, atualmente, para rebater críticas ao seu apoio editorial à ditadura, responde que já se defendeu no editorial de 2013⁶. Assim, *O Globo* legitima um novo olhar na relação do veículo com a ditadura militar, o qual é construído por uma recontextualização dos fatos históricos.

O apagamento

A construção da memória feita por *O Globo* no editorial de 2013 se utiliza de várias justificativas para legitimar o apoio que o jornal deu ao Golpe de 64 e esvazia de sentido alguns aspectos fundamentais para a compreensão de sua atuação no período da ditadura militar, como a vinculação paradoxal feita entre o “golpe” e a “democracia”, omitindo que o golpe instaura uma ditadura militar, um período marcado por práticas de censura e de tortura⁷.

Em 1964, o editorial do dia 2 de abril⁸, com o título “Ressurge a democracia” (Figura 02), exalta o Golpe Militar e o heroísmo das Forças Armadas que ajudou a salvar o Brasil, produzindo o sentido de que a derrubada do governo de João Goulart significava o restabelecimento “da democracia, da lei e da ordem”. Um movimento descrito como democrático e por isso legítimo:

[...] O movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, nem representou uma reação contra qualquer ideia que, enquadrada dentro dos princípios constitucionais, objetive o **bem**

6- É o caso do editorial “O dever de um jornal - II” de fevereiro de 2014, elaborado para rebater a crítica do deputado Marcelo Freixo sobre a cobertura que *O Globo* fez da morte do cinegrafista Santiago Andrade. O editorial diz: “Freixo iniciou seu artigo fazendo referência ao apoio que *O GLOBO*, assim como praticamente todos os periódicos da época, deu ao golpe de 1964, fato já ampla e formalmente reconhecido pelo jornal como um erro editorial. Na ocasião, *O GLOBO* afirmou: ‘A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma’”.

Esse editorial está disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniaio/o-dever-de-um-jornal-ii-11645522>>
7- Em 2012, foi criada a Comissão Nacional da Verdade, a fim de apurar violações de direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988. Mais informações em: <www.cnv.gov.br>.

8- Em 2012, foi criada a Comissão Nacional da Verdade, a fim de apurar violações de direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988. Mais informações em: <www.cnv.gov.br>.

do povo e o progresso do País (O GLOBO, 1964, grifo nosso).

Ainda, no editorial de 64, é afirmado que, a partir do Golpe, o país poderá continuar sua marcha sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam e sem que o poder do Estado seja usado em favor da “desordem, da indisciplina e de tudo que estava a nos levar à anarquia

O editorial finaliza agradecendo a providência divina, vinculando o golpe à vontade de deus

e ao comunismo”. Primeiramente, percebemos que valores como liberdade e direitos individuais são acionados para reafirmar que, apesar de um golpe militar, a democracia persiste e que o momento é de agradecimento e de felicitação pois um mal maior foi combatido: o comunismo. Dessa maneira, *O Globo* constrói o sentido de que ao impedir o “risco”, do que significava os comunistas governarem o Brasil, justificava a ação das Forças Armadas, que é o braço armado do estado, de criarem um estado de exceção frente ao Executivo.

garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram sua relevante missão com a servil obediência ao chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo (O GLOBO, 1964, grifo nosso).

Figura 02: Página 1 do jornal O Globo, edição de



02 de abril de 1964, com o editorial “Ressurge a democracia”, em que se celebra o Golpe Militar

O editorial, após enaltecer as Forças Armadas por defender a Pátria, finaliza agradecendo a providência divina, vinculando o golpe à vontade de “Deus”, que mais uma vez, já que o Brasil é um povo abençoado por Deus, veio em socorro do povo brasileiro e o livrou do perigo do comunismo “sem maiores sofrimentos e luto”:

Se os banidos, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos. Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas

5- Disponível em: <http://goo.gl/L6mOfM>. Acesso: 10 mar. 2014.
6- Livro eletrônico sem paginação.
7- Free/Open Source Software, ou seja, Software de Código Aberto/Livre.

Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem **agradecer aos bravos militares**, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, **fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a**

para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social. Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejam dignos de tão grande favor (O GLOBO, 1964, grifo nosso).

O discurso do jornal *O Globo* é explicitamente adesista ao golpe militar, inclusive colocando na categoria de fora da ordem estabelecida o ocupante do poder Executivo e legitimando as Forças Armadas como “instituição” respaldada pela Constituição a tomar para si o Estado. Assim, numa perspectiva liberal de democracia, o jornal *O Globo* defende a ideia de liberdade como ausência de interferência econômica e política, diferentemente da perspectiva republicana que entende o estado democrático como a garantia da ideia de liberdade como não dominação e garantia de condições de igualdade e de participação dos cidadãos no espaço público (FRANZONI; CORDEIRO, 2004).

A rememoração

No editorial de 2013, ao afirmar que o apoio foi um erro, *O Globo* adota o mesmo argumento que em 1964 foi utilizado no seu discurso para defender os militares, ou seja, dizer que a intervenção era justificada pelo temor a outro golpe, que supostamente seria feito pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos e de alguns segmentos das Forças Armadas. O jornal descreve no editorial ter sido invadido por fuzileiros navais comandados por um almirante do “dispositivo militar” de João Goulart,

sendo impedido de circular no dia 1º de abril. Fico (2014, p. 120) entende haver uma crença, largamente difundida na sociedade da época, de que era admissível uma intervenção violenta, arbitrária e autoritária para resolver os conflitos, o que é um “desapreço pela democracia”.

O Globo reapresenta o contexto político da época e afirma que o golpe era visto pelo jornal como a única alternativa para manter o Brasil numa democracia. Por isso o golpe foi chamado durante muito tempo de “Revolução” pelo *Globo* e por muitos dos que o “patrocinaram” (FICO, 2014, p. 10). *O Globo* ressalta também a crença de Roberto Marinho de que “a intervenção fora imprescindível para a manutenção da democracia e, depois, para conter a irrupção da guerrilha urbana”. Esse posicionamento de justificativa à adesão aos militares foi apresentado, vinte anos depois do primeiro apoio, em editorial de primeira página em 1984 (Figura 03), intitulado “Julgamento da revolução”.



Figura 03: Primeira página do jornal *O Globo*, de 07 de outubro de 1984, com o editorial de Roberto Marinho, “Julgamento da revolução”

Julgamento da Revolução

ROBERTO MARINHO

No detalhe: título do editorial

Naquele momento, estando à frente do jornal *O Globo*, Roberto Marinho

reafirmou a adesão do veículo aos militares por defender a democracia e o progresso econômico e social do país.

Participamos da Revolução de 1964, identificados com os **anseios nacionais**, de **preservação das instituições democráticas**, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada (O GLOBO, 1984, grifo nosso).

Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado do seu próprio arbítrio para se auto-limitar, extinguindo os poderes de exceção, anistiando adversários, ensejando novos quadros partidários, em **plena liberdade de imprensa**. É esse, indubitavelmente, o maior feito da Revolução de 1964 (O GLOBO, 1984, grifo nosso).

No editorial de 2013, *O Globo* fala da revelação de Roberto Marinho de 1984 de que a relação de apoio editorial ao regime, embora duradoura, não fora todo o tempo tranquila e legítima a fala do então presidente das Organizações Globo.

Não eram palavras vazias. Em todas as encruzilhadas institucionais por que passou o país no período em que esteve à frente do jornal, **Roberto Marinho sempre esteve ao lado da legalidade**. Cobrou de Getúlio uma constituinte que institucionalizasse a Revolução de 30, foi contra o Estado Novo, apoiou com vigor a Constituição de 1946 e defendeu a posse de Juscelino Kubistchek em 1955, quando esta fora questionada por setores civis e militares (O GLOBO, 2013, grifo nosso).

[...] Nos vinte anos durante os quais a ditadura perdurou, O GLOBO, nos períodos agudos de crise, **mesmo sem retirar o apoio aos**

militares, sempre cobrou deles o restabelecimento, no menor prazo possível, da normalidade democrática (O GLOBO, 2013, grifo nosso).

O editorial de 2013 acrescenta que os militares prometiam uma “intervenção passageira, cirúrgica” e que, na justificativa das Forças Armadas para a sua intervenção, “ultrapassado o perigo de um golpe à esquerda, o poder voltaria aos civis”, tanto que, segundo o texto, foram mantidas num primeiro momento as eleições presidenciais de 1966. Se, por um lado, autores apontam que de fato num primeiro momento não se podia pressupor que o golpe resultaria num ciclo autoritário que durasse tanto tempo (ROMANCINI; LAGO, 2007; FICO, 2014), por outro lado podemos problematizar que em 1984, quando do editorial de Roberto Marinho, e especialmente em 2013 no “reconhecimento do erro”, as condições sociais e históricas davam conta da criação de um outro tipo de discurso.

Ao contrário da “plena liberdade de imprensa” de que fala Roberto Marinho, sabe-se que dentre as características do ciclo autoritário está o controle dos meios de comunicação, contexto com o qual a grande imprensa procurou conviver, com maior ou menor grau de resistência, e em que surge uma imprensa alternativa, que também é reprimida, mas que consegue promover uma renovação no jornalismo (ROMANCINI; LAGO, 2007). Além disso, segundo Toledo (2004), o Golpe de 64 visou estancar a democracia que se expressava pela demanda da ampliação da cidadania dos trabalhadores urbanos e rurais e também o debate político que,

no Congresso e na sociedade, estava centralizado em torno das reformas sociais e políticas.

Outra justificativa utilizada pelo jornal, ao assumir o que eles chamam de “equivoco”, é incluir em seu discurso que, historicamente, outros veículos jornalísticos e outros setores da sociedade também apoiaram o golpe.

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S. Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais (O GLOBO, 2013).

O editorial justifica sua postura adesista através da noção de que a história “é o mais poderoso instrumento de que o homem dispõe para seguir com segurança rumo ao futuro”, pois se aprende com os erros cometidos e se enriquece ao reconhecê-los. Por isso, diz que os homens e as instituições que viveram em 1964 devem ser entendidos numa perspectiva histórica:

O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a **atitude certa, visando ao bem do país**. À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. **A democracia é um valor**

absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma (O GLOBO, 2013).

Esses sentidos construídos no editorial de 2013 de que era a atitude correta para o momento e de que o golpe era visto pelo jornal como a “única alternativa para manter no Brasil uma democracia” remontam os argumentos do editorial de 50 anos atrás. Mas enquanto agora a democracia passou a ser um valor absoluto, em 1964 ela era maleável e podia ser jogada conforme os setores que delas faziam uso:

Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os **setores conscientes da vida política brasileira**, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os **mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores**, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. Era a **sorte da democracia no Brasil que estava em jogo**. A esses líderes civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo (O GLOBO, 1964).

Considerações finais

Como se percebe nos editoriais e textos institucionais, a associação com os princípios democráticos é utilizada pelo jornal *O Globo* como uma estratégia discursiva que tanto respalda seu apoio ao golpe de 1964 pelas Forças Armadas, que instaurou uma ditadura militar no Brasil, quanto em 2013 para refutar, afirmando ser um erro este mesmo apoio. Apesar de aparentemente incoerente, acaba-se percebendo, a partir da análise, que o jornal constrói um discurso cinicamente posicionado,

9 - O Clube Militar, entidade que reúne oficiais da ativa da marinha, do exército e da polícia (e também ex-militares), divulgou uma nota em setembro de 2013, criticando o editorial em que O Globo diz que o apoio editorial ao Golpe de 64 foi um erro. Segundo a nota, trata-se de uma “dupla mentira”: “em primeiro lugar, o apoio ao Movimento de 64 ocorreu antes, durante e por muito tempo depois da deposição de Jango; em segundo lugar, não se trata de posição equivocada ‘da redação’, mas de posicionamento político firmemente defendido por seu proprietário, diretor e redator chefe, Roberto Marinho [...]; não foi, também, como fica insinuado, uma posição passageira revista depois de curto período de engano”. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-lino/clube-militar-critica-editorial-2013mea-culpa2013-de-o-globo-1717.html>>

ou seja, as palavras “democracia, liberdades individuais e liberdade de imprensa” são construídas somente retoricamente, pois não se configuram numa ação prática. Nesse sentido, as premissas ditas como “verdadeiras”, que resgatam valores universais, socialmente aceitos e partilhados, ironicamente podem, também, ser tomadas como cínicas.

Referências bibliográficas

AUGUSTINI, Carmen. (N)as dobraduras do dizer e (n)o não-um do sentido e do sujeito: um efeito da presença do interdiscurso no intradiscurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Paulo: Claraluz, 2007.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DI SABBATO, Tatiana. Carlos Castello Branco: jornalismo político e oposição liberal à ditadura militar no Brasil (1964-1985). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012.

FRANZONI, Sabrina; CORDEIRO, Sara Regina Ramos. As reformas: liberalismo ou republicanismo? **Em tese**. Vol. 2, n.1, janeiro-junho/2004.

FICO, Carlos. **O golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. São Paulo: Pontes, 1996.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 24, n. 47, 2004.

Este artigo e todo o conteúdo da **Estudos em Jornalismo e Mídia** estão disponíveis em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo>

Estudos em Jornalismo e Mídia está sob a Licença Creative Commons 2.5